

“Fechaduras” a soldo da PJ e SIS, acusa Paulino

Líder do assalto diz que a relação de “Fechaduras” com as autoridades **coloca em causa a legalidade** da prova

HUGO FRANCO
e RUI GUSTAVO

A testemunha-chave no julgamento do caso do roubo de armas de Tancos, Paulo Lemos, conhecido por “Fechaduras”, faltou a duas sessões no tribunal de Santarém sem dar qualquer explicação. A terceira vez, em maio, alegou através de um requerimento que se encontrava “ausente do país”, por lhe ter surgido uma “hipótese de trabalho irrecusável nos tempos de crise que se vivem”, pelo que não poderia comparecer em tribunal. Não indicou país, morada, nem quanto tempo ficará a trabalhar no estrangeiro.

Foi “Fechaduras” que em abril de 2017, quase três meses antes do furto das armas, revelou a Teresa Morais, uma procuradora do Ministério Público do Porto, que o ex-fuzileiro João Paulino — o mais importantes dos 23 arguidos no processo — se preparava para assaltar um quartel situado na zona centro do país. Explicou então à magistrada que se arrependera de participar no plano do assalto devido a uma promessa que fizera à mãe de que não voltaria ao mundo do crime.

A defesa de João Paulino não acredita nesta versão. Num documento judicial a que o Expresso teve acesso, o advogado de Paulino, Carlos Melo Alves,

considera que “toda a conduta processual desta testemunha resulta à evidência que a mesma [...] mantinha ligações com a Polícia Judiciária e/ou com o SIS [Serviços de Informações de Segurança]”.

Para a defesa do alegado líder do assalto, a prova colhida durante o julgamento — que decorre em Santarém desde novembro do ano passado e que julga crimes como terrorismo, associação criminosa, denegação de justiça, abuso de poder, recetação e detenção

“Fechaduras” viajou para o estrangeiro e não foi ao tribunal. Mas prestou declarações durante a fase de instrução do processo

de arma proibida — indica que “Fechaduras” trabalhou como informador ou como agente encoberto da PJ antes e depois do furto dos Paíóis Nacionais de Tancos, ocorrido no final de junho de 2017. Mas abre também a possibilidade de este ter agido como espião das secretas portuguesas, baseando-se no testemunho da já referida procuradora do Porto. “Teresa Morais esclareceu [em tribunal] que o Paulo Lemos foi por ela proposto para avaliação ao



João Paulino é acusado pelo MP de liderar o assalto aos paíóis de Tancos FOTO PAULO CUNHA/LUSA

SIS”, pode ler-se no requerimento enviado ao juiz Nelson Barra.

Daí que considere ser “absolutamente indispensável em termos probatórios” apurar em que qualidade Paulo Lemos agiu durante os contactos que estabeleceu com Paulino, sobretudo antes da subtração do material de guerra. Acrescenta ser “indiscutível” que, durante essa interação, “Fechaduras” ia dando conta do que se passava “pelo menos” à PJ, nomeadamente de que João Paulino

teria ido a Espanha adquirir um saca-cilindros para abrir os paíóis. A Judiciária, por sua vez, e ainda de acordo com a defesa, informou Paulo Lemos que deixasse correr os factos e que apresentasse uma desculpa para não participar no assalto.

“Urge saber qual a relação que o Paulo Lemos mantinha com a Polícia Judiciária e/ou com o SIS neste período temporal”, isto porque, segundo a defesa do ex-fuzileiro, “o

conteúdo desta relação com as autoridades terá inevitavelmente consequências jurídicas ao nível de toda a legalidade da prova”.

Para reforçar a tese da colaboração de Paulo Lemos com as autoridades, a defesa de Paulino lembra que “Fechaduras” foi igualmente chamado como testemunha no roubo das 57 Glock do armeiro da PSP e que foi ouvido nessa condição nas instalações da PJ, local onde “apenas prestam de-

poimentos os seus elementos bem como os agentes e terceiros encobertos”.

“Sem fundamento”

Carlos Melo Alves requer assim ao tribunal que solicite ao diretor da PJ, Luís Neves, se Paulo Lemos está registado como informador e se atuou como agente encoberto nalgum processo relacionado com o roubo de Tancos e ainda que solicite ao SIS se “Fechaduras” teve alguma relação profissional com esses serviços.

Contactado pelo Expresso, Miguel Bom, o advogado de Paulo Lemos, garante que estas alegações “não têm qualquer fundamento”. E lembra que “Fechaduras” já prestou declarações num primeiro interrogatório e durante a fase de instrução no Tribunal de Monsanto.

“As declarações dele foram sujeitas a contraditório por todos os defensores que entenderam exercer esse direito. Não se entende o que mais se pode querer deste homem. Desde sempre que tem colaborado com a Justiça na descoberta da verdade.”

Miguel Bom não nega que Paulo Lemos tenha “um passado turbulento”, mas lembra que não é isso que está em causa neste momento no tribunal.

hfranco@expresso.imprensa.pt